



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681575 - SP (2021/0228054-5)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : PEDRO BORGES DE MELO  
**ADVOGADO** : PEDRO BORGES DE MELO - SP162478  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ADRIANA LELIS DE PONTES  
**CORRÉU** : ALEX DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : RODRIGO MONTEIRO DA SILVA  
**CORRÉU** : DEIVID ADAMO ALVES  
**CORRÉU** : PATRICK ERNANE GARCIA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADRIANA LELIS DE PONTES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0030011-31.2008.8.26.0196).

A paciente foi condenada às penas de 10 anos e 8 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 1.599 dias-multa, como incursa nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que o sistema trifásico não teria sido observado pela autoridade impetrada, aduzindo que a culpabilidade, os antecedentes e a conduta social da ré não teriam sido apreciados.

Afirma que a reprimenda básica teria sido exacerbada em 1/3 com base apenas na quantidade de drogas apreendidas.

Argumenta que os efeitos deletérios da ação criminosa integrariam o tipo penal independentemente da quantidade de entorpecentes, que não teriam sido com ela encontrados.

Considera que a acusada faria jus a iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime menos gravoso.

Requer, liminarmente, a suspensão do mandado de prisão expedido em desfavor da paciente, e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que a pena que lhe foi imposta seja reduzida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada já foi analisada no HC n. 392.244/SP.

Com efeito, ao analisar a condenação da paciente, bem como a dosimetria da pena que lhe foi cominada, esta Corte Superior de Justiça consignou que, "*caso fosse verificado o alegado constrangimento na ocasião da análise superficial do writ, ter-se-ia autorizado o seu processamento, mas este não é o caso*", acrescentando que "*a impetração parece, na verdade, fazer as vezes de uma segunda apelação criminal, pois pretende o reexame de temas que demandam ampla incursão probatória, inviável na via estreita do habeas corpus, carente de dilação probatória*".

Confira-se, por oportuno, a ementa do acórdão:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. SENTENÇA. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. FALTA DE CABIMENTO. CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE RACIONALIZAÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO E DE REVISÃO DA DOSIMETRIA DA PENA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINARMENTE O WRIT.

1. Deve ser mantida por seus próprios fundamentos a decisão que indefere liminarmente a inicial do writ, substitutivo de recurso especial, quando não evidenciado constrangimento ilegal passível de autorizar o processamento do writ.

2. No caso, busca a impetração o reexame da condenação proferida pelo Tribunal a quo aos argumentos de julgamento extra petita no tocante à exasperação da reprimenda, em razão da quantidade de droga apreendida (14 kg de maconha), não incidência da minorante (art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006), em fundamentação genérica, bem como necessidade de absolvição pelo delito de associação para o tráfico de drogas.

3. Desnecessário pedido expresso do Ministério Público para a exasperação da reprimenda em razão da quantidade de droga apreendida, pois tal providência está abrangida pela discricionariedade regradada do julgador, própria da primeira fase da dosimetria da pena.

4. A própria condenação pelo crime de associação para o tráfico de drogas impede a incidência da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, não havendo que se cogitar de fundamentação genérica para a não incidência da causa especial de diminuição.

5. O pleito de absolvição do crime de associação para o tráfico de drogas demandaria reexame de provas, inviável na via eleita.

6. Agravo regimental improvido.

(AgInt no HC 392.244/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 03/05/2017)

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento

*Interno do STJ.*

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência